

Brussels, 3 September 2020

Subject: European Maritime and Fisheries Fund

Dear Minister of Sea,
Dear Mr. Ricardo Serrão Santos,

I am writing to you with regard to an important legislative file that the Fisheries Committee is discussing since more than one year, the European Maritime and Fisheries Fund (EMFF), for which I am the Shadow rapporteur for the Greens/EFA Group in the European Parliament. The aim of my email is to kindly ask you to reject any agreement of this Regulation, if the final text contains any kind of harmful subsidy.

The Sustainable Development Goal (SDG) 14.6 requires prohibiting certain forms of fisheries subsidies that contribute to overcapacity and overfishing by 2020 ([source](#)). The World Trade Organisation (WTO) is discussing since 2017 on an agreement towards comprehensive and effective disciplines prohibiting certain forms of fisheries subsidies that contribute to overcapacity and overfishing ([source](#)). The Commission has confirmed to me that it is currently following this line at the WTO and we must therefore remain coherent in EU Regulations. ([source](#))

We cannot support any form of harmful subsidies potentially leading to overfishing. We must especially oppose any public help for non-small-scale vessels, i.e. the ones above 12 metres, namely because the majority of those EU fleet segments is profitable since several years, as outlined in the respective official Annual Economic Report ([source](#)), and investments to improve conditions on board can be paid by the sector itself.

Moreover, around 90% (according to the operational programme of the current EMFF submitted by the government) of the Portuguese fleet consists of small-scale vessels under 12 metres. If we expand this public aid for the next segment (12-24m), we will have less funds for helping our own fishermen and women who could need it the most, as well as for scientific research, control and data collection.

Instead, measures such as the ring-fencing of sufficient funds for the protection and restoration of marine and coastal biodiversity and ecosystems have to be supported, to increase the resilience of our oceans in line with the demands in the 2019 IPCC report on Oceans ([source](#)). Also, and quoting the Biodiversity Strategy proposed by the Commission, “enlarging protected areas is also an economic imperative. Studies on marine systems estimate that every euro invested in marine protected areas would generate a return of at least €3” ([source](#)).

The EMFF is one of the five European structural and investment funds under the next multiannual financial framework for the period 2021-2027, which addresses the long-term decision on the way public funds should be spent in the EU. I believe that they shall be spent wisely and not in a way that could damage the sustainability of our common marine resources, and in line also with the objectives of our Common Fisheries Policy and the European Green Deal.

I count on your understanding concerning all the facts exposed above and on your support.

Thank you in advance for considering my letter.

Best regards,
MEP Francisco Guerreiro

Bruxelas, 3 de setembro de 2020

Assunto: Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas

Sr. Ministro do Mar,
Exmo. Dr. Ricardo Serrão Santos,

Escrevo-lhe a propósito de um processo legislativo importante que a Comissão das Pescas já está a debater há mais de um ano, o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP), pelo qual sou o relator-sombra do Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia no Parlamento Europeu. O objectivo da minha mensagem é solicitar a V. Exa. que rejeite um eventual acordo referente a este Regulamento, caso o texto final contenha qualquer tipo de subsídio prejudicial.

O Objectivo de Desenvolvimento Sustentável 14.6 requer a proibição de certas formas de subsídios à pesca até 2020 ([fonte](#)). A Organização Mundial do Comércio (OMC) está a discutir, desde 2017, um acordo no sentido de proibir estas formas de subsídios que contribuem para a sobrecapacidade e a pesca excessiva ([fonte](#)). A Comissão Europeia confirmou-me por escrito que está efectivamente a adoptar a mesma linha na OMC, pelo que devemos permanecer consistentes em regulamentos comunitários ([fonte](#)).

Não podemos apoiar nenhum tipo de subvenção prejudicial que resulte potencialmente em pesca excessiva. Importa em particular rejeitar qualquer ajuda pública a navios que não sejam de pequena escala, ou seja, os que ultrapassam os 12 metros, nomeadamente porque a maioria desses segmentos da frota da UE apresenta lucros já há vários anos, tal como delineado no Relatório Económico Anual sobre a Frota de Pesca da UE ([fonte](#)); podendo desde logo estes investimentos destinados a melhorar as condições a bordo serem pagos pelo próprio sector.

Além disso, cerca de 90% (de acordo com o programa operacional do actual FEAMP apresentado pelo Governo) da frota portuguesa é constituída por embarcações de pequena escala com menos de 12 metros. Se alargarmos esta ajuda pública ao segmento seguinte (12-24m), disporíamos obviamente de menos fundos para ajudar os nossos próprios pescadores e pescadoras mais carenciado(a)s, bem como para a investigação científica, operações e equipamento de controlo e recolha de dados.

Pelo contrário, medidas como a alocação mínima obrigatória de fundos suficientes para a protecção e restauração dos ecossistemas, incluindo a biodiversidade marinha e costeira, devem ser apoiadas de forma a reforçar a resiliência dos nossos oceanos, em consonância com as exigências do mais recente relatório Relatório Especial do IPCC sobre o Oceano e a Criosfera em contexto de Mudança Climática ([fonte](#)). Adicionalmente, e citando a Estratégia de Biodiversidade da UE para 2030 proposta pela Comissão, "o alargamento das áreas protegidas é também um imperativo económico. Os estudos sobre os sistemas marinhos estimam que cada euro investido em áreas marinhas protegidas geraria um retorno de, pelo menos, 3 EUR" ([fonte](#)).

O FEAMP é um dos cinco Fundos estruturais e de investimento do próximo quadro orçamental para o período de 2021-2027, relativo à decisão a longo prazo sobre a forma como os fundos públicos devem ser gastos na UE. Pessoalmente, julgo que devem ser gastos de forma sensata e não de uma forma que seja susceptível de prejudicar a sustentabilidade dos recursos marinhos comuns, em conformidade com os objectivos da nossa Política Comum das Pescas e do Pacto Ecológico Europeu.

Espero que concorde com todos os factos apresentados acima e que possamos contar com o seu apoio.

Agradeço antecipadamente por considerar a presente carta.

Cordiais cumprimentos,
Eurodeputado Francisco Guerreiro